

# *O Brasil sob observação*

Durante a recente Assembléia Anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) realizada em Bangcoc, o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, teve oportunidade de explicar aos jornalistas que a comunidade financeira internacional não pode deixar de se preocupar diante da inflação brasileira e da estagnação econômica do País no momento em que outras nações da América Latina estão conseguindo, depois de terem resolvido o problema das suas dívidas externas, não somente controlar as pressões inflacionistas como também voltar a crescer. Manifestou-se então otimista quanto a uma rápida mudança da nossa situação, o que poderia afastar a inquietação que cerca o Brasil no plano internacional.

Para os que acompanharam a reunião de Bangcoc, existe uma certeza: tanto os organismos internacionais quanto os bancos credores estão decididos a ajudar o Brasil a sair do atual impasse, para que não continue a ser um dos raros países ainda assolados pela crise da dívida iniciada em 1981. Cumpre portanto ao País aproveitar-se desta oportunidade e comprovar que está decidido a assumir, seguindo o exemplo de outras nações latino-americanas, suas responsabilidades.

Impõe-se, em primeiro lugar, esclarecer que o ministro Marcílio Marques Moreira gozava alto conceito na comunidade financeira internacional. É considerado uma pessoa séria, que não pretende recorrer a fórmulas

mágicas para tirar a economia brasileira da delicada situação em que se encontra. O que no Brasil é visto como passividade do ministro é particularmente apreciado, e muito positivamente, no Exterior. Salienta-se a proposta realista que a nova equipe econômica apresentou aos bancos credores, recebida como uma base séria de negociação ainda que ambas as partes devam ceder um pouco nas suas exigências. Pode-se afirmar que o ministro Marcílio Marques Moreira recebeu o apoio de importantes integrantes dos governos estrangeiros, que prometeram atuar, no momento oportuno, junto dos bancos credores, para apressar o processo de renegociação da nossa dívida externa.

Nos organismos internacionais, considera-se que o programa de ajuste anunciado pelo governo brasileiro traduz grande passo a frente, na direção certa. Reconhece-se que a vontade do Brasil de realizar uma profunda reforma fiscal e ainda o empenho do Planalto em levar adiante, apesar de todas as dificuldades (que se verificaram em outros países), o processo de privatização representam um fato novo e altamente positivo. O esboço da carta de intenção apresentado ao FMI teve boa acolhida, acreditando-se que não oferece-

rá obstáculos no plano técnico para ser aprovado.

Neste quadro, pode-se perguntar por que, então, tanto tardam as decisões que permitiriam uma solução definitiva dos nossos problemas com a comunidade financeira internacional. A tal indagação só cabe uma resposta: todos os interessados querem ter a certeza de que todas as promessas feitas terão condições de ser respeitadas. Assim, o mundo nos colocou sob observação.

Não se deve pensar que este período de observação esteja ligado à esperança de que logo estaremos aptos a controlar a inflação. Todos os nossos parceiros entendem, perfeitamente, que não podemos sair no curto prazo do atual descompasso. Querem, antes de tudo, verificar se diante desta continuada alta dos preços seremos capazes de renunciar a medidas mágicas que escondem uma hiperinflação, sem conseguir, na realidade, afastá-la. Novo choque econômico, neste momento, seria recebido como decisão altamente negativa.

Neste período de observação, que poderá prolongar-se até o final do ano, nossos interlocutores querem estar certos de que o presidente Fernando Collor de Mello manterá sua confiança no ministro da Economia, dando-lhe todo o apoio necessário para levar adiante a política séria que ini-

ciou de acordo com um esquema ortodoxo. Deve o presidente da República se convençer de que qualquer mudança, hoje, na equipe econômica seria muito mal recebida, provocando, provavelmente, a suspensão de todo um processo muito bem iniciado.

No Exterior, paira a impressão de que o Brasil não tem consciência de que o processo de reajuste exige paciência, não podendo portanto oferecer resultados no curto prazo. Nesta fase de observação em que se encontra o País, pretende-se verificar se estamos em condições de manter o rumo, mesmo no meio da tempestade. Entre os fatores a observar, pode-se citar especialmente o andamento da reforma constitucional, a elaboração da reforma tributária considerada essencial, a continuidade do processo de privatização, a manutenção de uma política monetária austera e a atuação do governo no controle do déficit público. Não se deve esconder que existem preocupações, mesmo depois da mididesvalorização, quanto à situação cambial que poderia levar à nova suspensão do pagamento dos juros unilateralmente estabelecida pelo Brasil.

Cumpre que a Nação esteja consciente de que os próximos meses serão decisivos para a nossa economia e a classe empresarial aceite maiores sacrifícios para que se vença este período em que seremos julgados. Seria certamente necessário que dessemos maior atenção ao que vem ocorrendo nos outros países que aceitaram os planos de reajuste.